



Câmara dos Deputados

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DA
REPÚBLICA**

DUARTE NOGUEIRA, Deputado Federal e Líder da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB na Câmara dos Deputados, com endereço na Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 525, infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, oferecer esta **REPRESENTAÇÃO** contra **JORGE FRAXE**, General do Exército e Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, em razão de denúncia de malversação de dinheiro público, nos termos das razões de fato e de direito que passa a expor:



Câmara dos Deputados

A Presidente Dilma Rousseff, desde o início de seu mandato, tem permitido o discurso de que a corrupção existente em seu Governo é uma herança recebida do mandato do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Completa esta história a afirmação constante no ideário nacional de que estaria a Presidente realizando uma “faxina” na Administração Pública Federal.

Para os mais atentos, é de fácil percepção que a “faxina” não passa de uma “fachada”! Nunca existiu aludido ato de limpeza, pois os atos que justificaram essa qualificação nada mais foram do que a queda de Ministros de Estado por seus deméritos e não por uma ação firme e determinada de Dilma Rousseff.

Ora, não fossem as denúncias da imprensa, os ex-Ministros Palocci, Pedro Novais e Alfredo Nascimento ainda estariam exercendo suas funções, livremente.

Aliás, não se pode esquecer que alguns dos auxiliares da Presidente da República que permanecem no Governo Federal exercem suas funções sob suspeição, como é o caso dos Ministros Mário Negromonte e Aloizio Mercadante, que não foram afastados de seus cargos mesmo após denúncias que lhes atingiram diretamente.

Portanto, a Presidente Dilma Rousseff está longe de ser autora de qualquer processo de higienização, pois, na verdade, foi integrante do Governo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, por isso, participe da Administração que permitiu um aumento vertiginoso no desvio de recursos públicos no país.

Agora, as denúncias começam a alcançar os membros do Governo Dilma Rousseff que foram escolhidos exclusivamente por ela. E, o que é pior, por pessoas que, diz-se, iriam moralizar os órgãos da União.



Câmara dos Deputados

Logo, a verdade dos fatos está exposta, a evidenciar que a corrupção hoje reinante na Administração Pública Federal é inerente ao atual Governo, que é uma continuidade do anterior.

Assim é que nos últimos dias os meios de comunicação social publicaram as seguintes matérias jornalísticas:

“A ONG do general

O diretor-geral do Dnit é acusado de montar uma entidade que aceitou pagar propina em troca de um contrato milionário no Ministério dos Transportes.

O general Jorge Fraxe assumiu o comando do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) há exatos trinta dias. Ele foi convocado pela presidente Dilma Rousseff para sanear um órgão que, dotado de um orçamento de 15 bilhões de reais em 2011, se tornara presa fácil da corrupção. Ex-diretor de obras do Exército, considerado um técnico acima de qualquer suspeita, Fraxe recebeu a missão de desmantelar uma máquina clandestina que cobrava propina em troca de fraudes em licitações e superfaturamento de obras. Essa máquina servia aos interesses do Partido da República, que comandou o Ministério dos Transportes e o Dnit desde o início do governo Lula. Mas não só aos do PR. O próprio general Fraxe, a quem cabe realizar a faxina determinada pelo Palácio do Planalto, surge agora no rol daqueles que miraram as milionárias verbas do órgão e miraram o caminho pantanoso que está na gênese e no desfecho de todos os escândalos. A história remonta a 2009.

Naquele ano, quando era diretor de patrimônio do Exército e já tinha conhecimento de sobra das engrenagens que movimentam o setor, o general conversou com um grupo de ambientalistas sobre a criação de uma ONG que se especializaria em trabalhar com obras públicas. Participaram da conversa os engenheiros florestais Lorena Rabelo de Araújo e Mardel Moraes, além do assessor de tecnologia do Exército Joarez Moreira Filho, que trabalhava diretamente com o general. Em outubro do ano passado, eles fundaram o Instituto Nacional de Desenvolvimento Ambiental (Inda). Fraxe, oficialmente, não tem vínculo com a ONG, mas mensagens eletrônicas trocadas entre ele e seu ex-assessor revelam que o militar sempre acompanhou tudo bem de perto. O general era avisado sobre todos os atos administrativos envolvendo a entidade, os salários, o andamento dos contratos e os custos de manutenção, que, aliás, ficavam sob a responsabilidade de Joarez Moreira, que também não tem vínculo formal com o Inda. A ligação ficou ainda mais umbilical quando a entidade firmou seu primeiro contrato, em dezembro passado, juntamente com o Exército.



Câmara dos Deputados

Coisa pequena para os padrões brasileiros: 264 000 reais - em troca de estudos para a implantação de vilas militares em Brasília.

Mas foi na costura do que seria o segundo contrato que a entidade pisou em terras movediças. No início deste ano, o Inda negociava com o Dnit a assinatura de um convênio para fazer o monitoramento ambiental do contorno ferroviário de Camaçari, na Bahia. A obra está prevista no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e renderia à entidade 6 milhões de reais. Durante as negociações, a tal máquina clandestina de cobrança de propina que funcionava no órgão entrou em campo, a Inda teria de pagar 300 000 reais - o equivalente a 5% do valor do contrato - a duas funcionárias do Dnit: Aline Freitas e Juliana Karina. O engenheiro Mardel Moraes, diretor administrativo da entidade, porém, estrilou. Ele diz que testemunhou uma conversa entre a diretora da ONG, Lorena Rabelo, e Joarez Moreira, o assessor do general, ocasião em que eles discutiam detalhes do pagamento do que era tratado como "pedágio". Preocupado, o diretor conta que procurou o general Fraxe para alertá-lo sobre o caso. Fez isso duas vezes. Na segunda delas, em março passado, chegou a entregar-lhe um dossiê. A general explicou que nada podia fazer porque não tinha nenhuma ligação com a ONG. "Ali, eu percebi que a coisa estava combinada entre todos eles e decidi sair", conta Mardel.

O contrato entre o Inda e o Dnit não avançou, mas deixou um gigantesco embaraço para o general convocado para moralizar o órgão. Aline de Freitas, a funcionária que teria pedido propina, era a coordenadora-geral de meio ambiente do Dnit. E Juliana Karina, a ex-assessora dela. Aline é uma das poucas sobreviventes da faxina que varreu o órgão. Ela está no cargo desde julho de 2010, nomeada por Luiz Antonio Pagot, o ex-diretor que foi demitido após a divulgação do esquema de corrupção. Aline continua no posto, só que agora é subordinada direta ao general Fraxe. Ou seja, se tudo o que o engenheiro diz for rigorosamente verdadeiro, a funcionária que cobrou propina agora é subordinada ao mentor da entidade que estava disposta a pagar. Corruptos subordinados a corruptores. Procurada "por VEJA, a coordenadora confirma a negociação com os representantes do Inda, mas garante que nada pediu para fechar o convênio. "Houve uma troca de ideias que não prosperou", disse por e-mail. Indagado a respeito, o general Fraxe respondeu, por nota, que não tem nenhuma relação com o Inda, que desconhece as denúncias e que aconselhou o engenheiro a procurar a polícia. Lorena e Joarez também negam as acusações.

Revelado por VEJA em julho, o esquema de corrupção dos Transportes levou a presidente Dilma a demitir quase trinta servidores. Caíram o ministro Alfredo Nascimento, os chefes do Dnit e da Valec, a estatal que cuida das obras em ferrovias, e duas dezenas de subalternos. O caso leve desdobramentos no Congresso. Presidente de honra do PR e o principal beneficiário da propina coletada na pasta, o deputado Valdemar Costa Neto foi alvo, de uma representação no



Câmara dos Deputados

Conselho de Ética da Câmara. Na semana passada, o colegiado, apesar de fartas evidências em sentido contrário, absolveu por 16 votos a 2 o parlamentar, que também figura como réu no processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF). Nada que surpreenda numa semana em que até vassouras instaladas em frente ao Congresso, numa manifestação contra a corrupção, foram roubadas.

"Ele sabia do pedido de propina"

O engenheiro Mardel Morais dirigiu o Instituto Nacional de Desenvolvimento Ambiental (Inda) desde sua fundação. Segundo ele, o general Jorge Fraxe ajudou a montar a entidade, escolheu a diretoria e iniciou as tratativas para a assinatura de um convênio no valor de 6 milhões de reais com o Ministério dos Transportes. Para receber os recursos, o Inda pagaria 300000 reais de propina a funcionários do Dnit. O negócio só não prosperou porque explodiu o escândalo de corrupção no ministério que alçou o general ao posto de comandante do Dnit. A funcionária que teria cobrado propina agora é uma de suas principais auxiliares.

O atual diretor do Dnit sabia do pedido de propina? Sabia. Entreguei um dossiê nas mãos dele com todos os detalhes. Falei com ele longamente sobre a história do "pedágio". Ele ouviu a história e, depois, leu os papéis que eu lhe mostrei. Passado algum tempo, ele me ligou e disse que não poderia fazer nada porque não tinha nenhum vínculo com a entidade.

E isso é verdade? A ideia de criar a Oscip (uma modalidade de ONG) foi dele, do general. Trabalhamos juntos num projeto ambiental de uma obra que estava sob a responsabilidade do Exército. Ele disse que havia gostado do meu trabalho, que queria criar uma instituição séria., e me chamou para participar, junto com outras pessoas ligadas a ele. O general me disse também que assumiria a presidência da entidade depois de deixar o Exército. Enquanto isso, o Joarez Moreira, que o assessorava, ficaria informalmente responsável por ela. A ONG é do general.

O senhor, como diretor administrativo da entidade, já sabia do pagamento de propina?

Não. Descobri quase que por acaso. No início do ano, a diretoria estava reunida tratando dos custos e dos lucros que o projeto iria gerar. Foi quando falaram num "pedágio" que seria necessário pagar. Perguntei do que se tratava. Eles me explicaram que, para garantir a assinatura do convênio, teríamos de pagar 5% dos 6 milhões de reais do convênio. Ouvi isso da Lorena Rabelo, que é da ONG, e do Joarez Moreira. Seriam 300000 reais.

O "pedágio" seria pago a quem? O dinheiro seria repassado para a Aline Freitas, coordenadora-geral de meio ambiente do Dnit, e a Juliana (Karina), que foi assessora dela e hoje é coordenadora de supervisão ambiental da BR-163.

E o que o senhor fez ao tomar conhecimento da história? Eu avisei o general. Como diretor da entidade, fiquei muito preocupado. Ele



Câmara dos Deputados

nunca me disse que seria preciso pagar propina para conseguir os contratos. E eu, como diretor administrativo, seria o responsável legal por qualquer problema que isso viesse a causar no futuro. Como nada foi feito. Decidi denunciar. Ele sabia do pedido de propina. Tenho como provar.” (Revista Veja, Edição nº 2237, de 5 de outubro de 2011).

“Diretor-geral do Dnit chefiou obra suspeita

TCU dá prazo para que general Fraxe, nomeado após demissões nos Transportes, explique irregularidades na BR-101 Ele comandava obras do Exército antes de ser nomeado para os Transportes; prejuízo pode passar de R\$ 40 mi

DIMMI AMORA

CATIA SEABRA

DE BRASÍLIA

O TCU (Tribunal de Contas da União) apontou irregularidades em obras comandadas pelo general escolhido pelo governo para sanear o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes), Jorge Fraxe.

Antes de ser nomeado para a diretoria do Dnit em julho, após uma série de escândalos no Ministério dos Transportes, Fraxe estava à frente da Diretoria Obras de Cooperação do Exército.

Auditoria do TCU concluiu que o Exército comprou mais material do que o necessário e gastou em excesso com a manutenção de máquinas. A investigação cita a compra de cimento, areia e brita (pedras usadas na obra) em uma quantidade maior do que a que era prevista. O prejuízo pode superar R\$ 40 milhões, segundo relatório do TCU aprovado na última quarta-feira.

O documento pede que o general Fraxe se manifeste no prazo de 15 dias sobre as ocorrências nas obras. E afirma que há "falhas graves e recorrentes na supervisão, fiscalização e controle de sua unidade subordinada".

INVESTIGAÇÃO

As obras de duplicação da BR-101 -entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte- estão divididas em nove lotes, sendo três de responsabilidade do Exército. No início deste ano, foram investigados pelo TCU dois desses lotes, construídos pelo 2º Batalhão.

Esta foi a primeira vez que Fraxe foi citado em um relatório do TCU. No Dnit, ele substituiu Luiz Antônio Pagot. Seu trabalho à frente da BR-101 foi apontado como credencial em sua escolha.

A empresa fornecedora da brita para as obras investigadas é a Pedreira Potiguar.

Investigação da Polícia Federal, revelada pela Folha, em julho, apontava indícios de desvios em outra obra do Exército, de outro batalhão.

O caso envolvia a construção de pistas do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN), que beneficiaram a Potiguar. Na época, o Exército



Câmara dos Deputados

não comentou o assunto, alvo de inquérito militar. A Potiguar negou irregularidades.

Fiscalizações do TCU em outros lotes da BR-101 sob responsabilidade do Exército relatam alta participação da pedreira em contratos.” (Folha de São Paulo, 03/10/2011)

Destas notícias afere-se que há indícios de que o atual titular do DNIT, o representado Jorge Fraxe, no exercício da função de Diretor de Obras de Cooperação do Exército, cometeu falhas graves e recorrentes na supervisão, fiscalização e controle de unidade que lhe era subordinada, o que ocasionou um possível prejuízo de valor superior a R\$ 40 milhões ao erário.

O proceder adotado neste caso foi o de comprar material para obras em quantidade acima do necessário e realizar gastos excessivos com manutenção de equipamentos.

Este não é um proceder inusual nas fraudes realizadas em diversos contratos da Administração Pública Federal nos últimos anos, o que nos leva a concluir pela existência de indícios da prática de diversos atos ilegais por parte dos responsáveis pela execução de obras que estiveram sob o comando do representado Jorge Fraxe.

A reforçar os indícios de prática de ilícitos por parte do representado temos a notícia divulgada pela Revista Veja, onde consta o testemunho de um engenheiro, Mardel Moraes, que assistiu as tratativas de pagamento de propina por parte de uma ONG (Inda), em favor de servidoras do DNIT, para a pactuação de um convênio.

Essa ONG, pelo quanto denunciado, era de responsabilidade do representado e se encontra em nome de terceiros, que, possivelmente, figuram como laranjas do General Fraxe.



Câmara dos Deputados

O convênio acabou não se concretizando, porém, mais uma vez assistimos a participação do representado em atos que se constituem proceder costumeiro daqueles que pretendem apropriar-se de recursos públicos.

Ante os fatos acima narrados, forçoso é concluirmos que há indícios de possível prática de crime de peculato por parte do representado na administração de obras públicas sob responsabilidade do Exército Brasileiro, nos termos do art. 312, § 1º, do Código Penal¹, razão pela qual se faz necessária a instauração de inquérito policial para investigação do ocorrido.

Outrossim, os indícios existentes também nos permitem concluir que o representado praticou, em tese, ato de improbidade administrativa, o que impõe a abertura de competente inquérito civil para apuração dos fatos.

Termos em que,

Pede deferimento.

Brasília, 04 de outubro de 2011.

Deputado Federal DUARTE NOGUEIRA

Líder do PSDB na Câmara dos Deputados

¹ § 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.